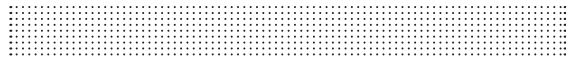




Basílio Teles e a “Ditadura Revolucionária”

Em 1911, Basílio Teles publicava um pequeno livro que juntava a um panfleto antigo (*As Ditaduras*) um conjunto de propostas (sob o título *O Regime Revolucionário*) que era, nas suas palavras, «a expressão fiel do que devia ter sido (...) a revolução republicana na sua fase inicial».



POR BRUNO ALVES

DOUTORANDO DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Essas propostas eram um típico produto da cultura política igualitária, anticlerical e pretensamente democrática do republicanismo, e dificilmente nelas se encontraria algo que distinguisse Teles dos restantes “pensadores” republicanos (aqui, a palavra “pensadores” deve ser usada entre abundantes aspas). As *Ditaduras*, por sua vez, merece mais atenção. Teles publicara o panfleto em 1907, em plena “ditadura” de João Franco, e sem surpresa, não tratava «o Sr. Franco» com ternura. Mas não pelo recurso deste ao governo “ditatorial”. Pois Basílio Teles anunciava aos seus «amigos» ser um «partidário irreductível das ditaduras», desde que «o ditador esteja à altura do papel». Franco, a cabeça de uma suposta «ditadura de reacção», não estava. Mas uma «ditadura revolucionária», essa sim, não só Basílio Teles a «antevia», como de bom grado a «aceitava».

Esta parcialidade de Teles para com a solução ditatorial não era irreflectida. A dada altura, Teles pergunta aos seus leitores «qual destas coisas preferir: um parlamento, por mais genuinamente eleito que se queira supor, que nenhum pensamento comum de governo animaria, ou um gabinete com um plano bem meditado de reformas, prescindindo-se para a sua execução de uma assembleia que ou não o entenderia, ou talvez, graças ao prurido de o discutir e de emendar,

lhe cercearia o alcance e lhe deturparia as intenções?». Facilmente se depreendia que o próprio Teles oferecia a resposta, menosprezando, pela sua própria natureza, o parlamento, e preferindo o «gabinete».

Mas logo de seguida, Teles apressa-se a dizer que «compreendia» como «na Inglaterra, seu habitat originário onde irradiou para todo o mundo», o parlamento encontrasse «defensores intransigentes e convictos», e que fosse «unanimemente considerado a peça-mestra de todo o mecanismo do sistema político». Mas tal resultava de «circunstâncias especiais» que, dizia Teles, «têm concorrido para o tornar uma instituição vital, o órgão fecundo e poderoso da mais opulenta, empreendedora e compacta classe média que se nos depara à superfície do globo»: a «primeira», e «mais decisiva de todas», residia no «instinto profundo e indomável de liberdade, o espírito individualista e autónomo, legalista contudo» que essa «formidável burguesia limpidamente» revelava «desde o primeiro instante em que surge».

A «grande e inicial rebelião» dessa burguesia, dizia Teles, fora «religiosa», uma reivindicação da «liberdade de crença, bebendo-a directamente na sua fonte primitiva», dispensando assim as «definições e imposições dogmáticas de Roma». Era uma reivindicação que Teles considerava «orgulhosa» e «pedante», pois «equivalia a reconhecer no mais ignaro e bronco insular da Grã-Bretanha, logo que soubesse soletrar qualquer tradução dos livros santos, e supusesse palpitar-lhe no bestunto a tal luz natural do entendimento, a capacidade e ciência que se negava aos mais famosos, e justamente ilustres, nomes da Igreja». Mas, «além de vibrar um rude golpe à mais absorvente e despótica teocracia que a ambição do mando conseguiu ainda erguer», ela tinha a «apreciável vantagem de favorecer a instrução, de ajuçar a perspicácia, de acostumar os raciocínios e discussões contraditórias, e de levar ao máximo a confiança em si, nas aptidões e no esforço próprios»: por entre a «aluvião das interpretações disparatadas, na desordem dos alvites e preferências que a invasão dos critérios individuais não podia deixar de produzir», a «burguesia inglesa habituou-se a discernir e a apreciar, a sopesar argumentos e a tomar resoluções».

O «génio inglês» encontrara assim a «solução conciliadora» entre «autoridade e liberdade», entre «o absolutismo de papistas» e a «anarquia de energúmenos». Com a «segunda grande rebelião», a da «massa da nação» que procura «garantir a liberdade cívica e política», dera-se, garantia Teles, um

«simples corolário da evolução religiosa»: «protestantismo e parlamentarismo são dois produtos eminentemente nacionais, duas manifestações, diversas à primeira vista, mas idênticas na essência, dos instintos e temperamento específicos dum burguesia que não tem similar no continente».

«Como se pretende então», perguntava Teles, «que Portugal, onde o jesuíta e o inquisidor floresceram, onde todos os senhores reis foram sempre humildemente obedecidos, e o sr. D. Carlos pode, quando queira, proclamar-se rei absoluto; que um país onde a ignorância corre parelhas com a cobardia e o servilismo, onde ninguém jamais sentiu um impulso sincero de revolta e de protesto, onde o jornalismo pouco mais é que bisbilhotice ou grilheta de forçado, jamais compreendesse a missão dum parlamento»? Esse parlamento, garantia, mais não podia ser no nosso país que «uma ridícula paródia». Em havendo um «plano sério de governo a pôr em execução» (e Teles acreditava ter esse plano), seria «preferível dispensá-lo».

Mas uma «ditadura» (que Teles definia como «a acumulação dos poderes executivo e legislativo», ou seja, precisamente a dispensa do parlamento e entrega dos seus poderes ao gabinete executivo), não era para ele uma mera preferência. Era uma necessidade. Se «as circunstâncias» acabassem por «franquear» o poder aos republicanos (como efectivamente aconteceria), Teles pensava que eles teriam «fatalmente de recorrer à ditadura» (como «fatalmente» aconteceu), se quisessem «garantir a estabilidade e mesmo a simples viabilidade da República» (o que obviamente queriam e não menos obviamente não conseguiram).

«Ninguém mais» que os republicanos, jurava Teles, tinham insistido «no pavoroso estado de ignorância e servilismo» em que «vegetavam as populações do campo, e da maioria das cidades, tirando do facto um dos mais terríveis argumentos contra a monarquia», ou «a incapacidade, a subserviência, a corrupção, a profunda miséria intelectual e moral», a «carência de patriotismo e de civismo, o desprezo pela lei, a indiferença pelos grandes problemas de interesse colectivo, a apatia sonolenta, o egoísmo sórdido e fútil, a cobardia quase cínica, numa palavra, a anarquia sorna e corrosiva, nas ideias e nos costumes, em que a sociedade portuguesa ameaça dissolver-se». Teles interrogava-se: iriam «os vícios de que todo o país está inquinado», de «repente transformar-se em aptidões e virtudes» que «secundassem os esforços» do escasso número de republicanos, caso «as formidáveis responsabilidades do poder» fossem parar sob os seus «ombros»?

A resposta, claro, era negativa. E como tal, era necessária a tal «ditadura revolucionária». E não apenas numa «situação inicial, transitória», mas como uma «situação governamental estável, de duração indeterminada», «mirando» o propósito de «proteger o regime da República contra uma tentativa possível de restauração da monarquia»: tal como não podiam esperar «o advento das instituições republicanas de uma votação legal, parlamen-

tar», não poderiam ter qualquer garantia de que os mesmos meios não fossem usados para a destruir, na eventualidade de ela ganhar forma.

Enquanto o povo continuasse «ignorante» e «indolente», a República não podia confiar nele. E esse povo só deixaria de ser «ignorante» e «indolente» se a República o conseguisse libertar do «belo passado de preguiça e relaxamento» em que a Igreja e o «sr. D. Carlos» supostamente o desejavam manter. Os republicanos não tinham, assim, qualquer razão para ter qualquer tipo de pruridos ou hesitações em embarcarem numa «ditadura revolucionária»: essa ditadura seria «apenas aparente», uma mera «delegação irregular de soberania», exercendo-se «de maneira a respeitar a expressão libérrima das ideias e sentimentos dos cidadãos na imprensa, nas conferências, nos comícios».

Aqui, o elemento mais importante do pensamento de Basílio Teles torna-se evidente. Mais do que o carácter igualitário, anticlerical e pretensamente democrático do seu programa de governo, *As Ditaduras* mostra o carácter revolucionário, tipicamente jacobino, da sua cultura política. Tal como Robespierre, à pergunta «quem são os cidadãos verdadeiramente activos?», respondia «aqueles que tomaram a Bastilha, aqueles que trabalham os campos» (os restantes eram considerados «meros vegetais»), também Basílio Teles achava, como vimos, que uma ditadura como a que defendia seria meramente «aparente» se ouvisse «a expressão libérrima das ideias e sentimentos dos cidadãos na imprensa, nas conferências, nos comícios», ou seja, se fosse a expressão da «vanguarda» republicana, dos «cidadãos activos» que procuravam libertar os «vegetais» das suas superstições, e mais, que «sabiam» que, se eles deixassem de ser «vegetais» e se transformassem em «cidadãos activos» como eles, desejariam exactamente o mesmo. A imposição da ditadura seria assim um acto libertador, apenas aparentemente indesejado pelo libertado, precisamente por ainda estar sob o jugo da superstição, da «Providência» ou do «sr. D. Carlos», qual deles o mais nefasto.

A preferência de Teles por uma «ditadura» não tinha apenas todos os elementos do típico pensamento político revolucionário. Tinha também todos os problemas dos regimes revolucionários: o historiador Simon Schama diz que os revolucionários franceses fizeram parte da «primeira geração de políticos revolucionários a descobrirem o deprimente dilema de que a liberdade revolucionária implicava o terror revolucionário», pois impunha «exigências» de «pureza política» impossíveis de satisfazer; a geração de Basílio Teles não encontrou solução para ele. O seu regime não se podia manter senão pelo terror, e mantendo-se pelo terror, não podia garantir, ao povo que desejava libertar, o «sossego, bem-estar, fortuna» que, dizia Teles, o poderiam fazer abandonar «a Providência e os milagres» que o mantinham na «sonolência» e no «relaxamento».

Estas ideias eram (escassamente) parti-

SAIBA MAIS

RUI RAMOS
Segunda Fundação
Lisboa, Edições Estampa, 2001

SIMON SCHAMA
Citizens
New York, Vintage Books, 1989

BASÍLIO TELES
**As Ditaduras,
O Regime Revolucionário**
Coimbra, Atlântida, 1975 (1911)

VASCO PULIDO VALENTE
O Poder e o Povo
Lisboa, Gradiva, 2004 (1973);

**A República Velha
(1910-1917)**
Lisboa, Gradiva, 1997



Basílio Teles e Eusébio Leão, este último teve a incumbência de ler a proclamação da República na varanda dos Paços do concelho de Lisboa.

lhadas por uma camada essencialmente urbana da população, que no “liberalismo” se via, não propriamente excluída da participação política, mas tornada praticamente irrelevante pelo sistema eleitoral, em claro contraste com a sua crescente importância social. Mas se o “liberalismo” não se podia dar ao luxo de governar com ela, ela não podia agora governar com o Portugal rural. No «campo», o Partido Republicano Português (PRP) praticamente não existia. O analfabetismo da população e a manifesta indiferença para com as tricas políticas de “Lisboa” entregavam as populações aos padres e aos caciques locais. Por isso, antes do golpe de 1910, alguns republicanos se manifestavam contrários à ideia de “impor” a República, pois isso obrigá-los-ia a governar «contra» o país, ou «sem ele». No pós-5 de Outubro, muitas seriam as queixas de que a República «não chegara ainda» aos mais variados locais do país. Em alguns deles, não havia ainda chegado ao próprio PRP (algumas delegações do partido na província estavam entregues a caciques do velho regime, pouco preocupados com minudências ideológicas). Se, como Eça de Queiroz escrevera, “Lisboa” fosse “Portugal”, o PRP não teria de se preocupar. Mas, embora as cidades (e Lisboa em particular) tivessem crescido exponencialmente, “Portugal” era ainda a “província”. «Entre a Arcada e São Bento» estava apenas o país da política, que devido às particulares opiniões dos homens que por tais ruas agora andavam, teriam de governar o país do «campo» em ditadura, como Teles advertira. Reconhecer o direito à existência política do país “deles” era regressar ao arranjo do “liberalismo”, tornar de novo irrelevante a participação das massas urbanas que apoiavam o PRP.

Claro que os republicanos ainda tentaram “converter” os portugueses ao seu “ideal”. Como tais tentativas se revelaram infrutíferas, restava o “terror”. Greves, «traidores», «agentes monárquicos», ou até mesmo chefes de governo

(em exercício), não escaparam ao punho que o PRP tinha na santificada figura do “povo”. E não era preciso muito para que este se lançasse às ruas. Bastava que o jornal *O Mundo* identificasse uns “talassas”, para levantar o que chamava de «a ira do povo».

O propósito “libertador” dos republicanos justificava, no seu entender, não apenas a sua ditadura e o terror, mas a traição do seu programa. O catolicismo e o analfabetismo do Portugal rural impediam a República de aceitar a sua participação política, mas tal necessidade impedia-a de cumprir a sua velha promessa de introduzir o sufrágio universal. Pela

mesma razão teve de deixar o seu “federalismo” na gaveta e manter o Estado tão ou mais centralizado do que o encontrou. Os mesmos republicanos que detestavam o “rotativismo” e as intrigas políticas que este acarretava foram forçados, em virtude da mesma falta de uma verdadeira legitimidade eleitoral, a depender dos mesmos negócios que este partilha do poder, a tentar conquistá-lo nos corredores para depois “ganharem” as eleições, em vez de delas dependerem para os percorrer. A “igualdade perante a lei” era outra fantasia. Em primeiro lugar, porque não havia “igualdade” (só o “cidadão” a merecia, e só era “cidadão” quem “compreendesse” a “justeza” do “ideal” republicano). E em segundo, porque a própria lei parecia sumida. Como

A IMPOSIÇÃO DA DITADURA SERIA ASSIM UM ACTO LIBERTADOR, APENAS APARENTEMENTE INDESEJADO PELO LIBERTADO, PRECISAMENTE POR AINDA ESTAR SOB O JUGO DA SUPERSTIÇÃO, DA “PROVIDÊNCIA” OU DO “SR. D. CARLOS”, QUAL DELES O MAIS NEFASTO.



nota Vasco Pulido Valente, o pior do “terror” não estava no seu carácter repressivo ou na violência com que se manifestava, mas na sua imprevisibilidade, em depender apenas dos humores dos dirigentes, jornais e “rua” republicanos.

Em *As Ditaduras*, Teles deixava o aviso: os republicanos teriam de se decidir entre «sustentar a República com sacrifício do programa, ou sustentar o programa com sacrifício da República». Os republicanos optaram pela primeira hipótese (a preferência de Basílio era ambígua). O problema estava em que tragédia da República não residia apenas na existência deste dilema, mas no facto de este não ter solução. Pois como se veria, o esforço de «sustentar a República com sacrifício do programa» esgotou a sua elite e tornou-a insustentável. O “terror” semeou apenas hostilidade, as intrigas palacianas a que tiveram de se entregar esgotaram a paciência do «bom povo» que a sustentava, e a participação na Guerra (uma aventura que mais não era que um produto dessas mesmas intrigas) fizeram-no ansiar por uma alternativa. Como Basílio temia, a «sonolência» e o «relaxamento» pareciam alternativas mais confortáveis. ::